

diálogos insurgentes

Entre diversidade, independência judicial e conflitos institucionais: trajetória e experiências na magistratura: Entrevista com Mário Soares Caymmi Gomes

Entre la diversidad, la independencia judicial y los conflictos institucionales: trayectoria y experiencias en la magistratura: Entrevista con Mário Soares Caymmi Gomes

Between diversity, judicial independence and institutional conflicts: a career and experiences in the judiciary: Interview with Mário Soares Caymmi Gomes

Mário Soares Caymmi Gomes¹

¹ Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: marioscgoes@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6296-9138>.

Phillipe Cupertino Salloum e Silva²

² Universidade Federal de Jataí, Jataí, Goiás, Brasil. E-mail: phillipecupertinos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1602-8481>.

Bhernardo Tayguara Araújo Carmo³

³ Universidade Federal de Jataí, Jataí, Goiás, Brasil. E-mail: bhernardo.carmo@discente.ufj.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3970-3623>.

Marcela Sousa Paniago⁴

⁴ Centro de Ensino Superior de Jataí, Jataí, Goiás, Brasil. E-mail: marcelapaniago@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8167-0641>.

Submetido em 26/03/2026

Aceito em 29/03/2026

Como citar este trabalho

GOMES, Mário Soares Caymmi; SILVA, Phillipe Cupertino Salloum e; CARMO, Bhernardo Tayguara Araújo; PANIAGO, Marcela Sousa. Entre diversidade, independência judicial e conflitos institucionais: trajetória e experiências na magistratura — Entrevista com Mário Soares Caymmi Gomes. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 31-41, jan./jun. 2026.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais

v. 12 | n. 1 | jan./jun. 2026 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS | ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.

Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Entre diversidade, independência judicial e conflitos institucionais: trajetória e experiências na magistratura: Entrevista com Mário Soares Caymmi Gomes



Entrevista realizada por meio virtual em 5 de dezembro de 2025.

Introdução

A presente entrevista integra o dossiê “Acesso à justiça, lutas por direitos e práticas estatais”, da Revista Insurgência, vinculada à Universidade de Brasília e ao Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais, dedicado à reflexão crítica sobre o sistema de justiça e suas relações com direitos humanos e movimentos sociais.

A entrevista com Mário Soares Caymmi Gomes — ex-magistrado do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia — aborda sua trajetória na magistratura baiana, explorando as dinâmicas institucionais da carreira, as tensões entre independência judicial e estruturas internas de poder, bem como experiências de discriminação e violência institucional ao longo de sua atuação.

O entrevistado foi aposentado compulsoriamente do Tribunal de Justiça da Bahia como punição por suposta violação de deveres éticos — medida excepcional no sistema de justiça, geralmente aplicada em situações de extrema gravidade. O caso chamou atenção, sobretudo, para questionamentos acerca da proporcionalidade da sanção e de possíveis violações a garantias fundamentais, como a ampla defesa, o contraditório, o duplo grau (instância de revisão) e o direito a um julgamento justo. O contexto da punição administrativa envolveu a tentativa do magistrado de implementar ações afirmativas voltadas à população trans no âmbito das vagas de estágio do Tribunal. Contudo, a entrevista também permite identificar outros fatores que contribuíram para o afastamento do então magistrado.

A entrevista também evidenciou como a orientação sexual do magistrado — que não optou pela discrição nem por omitir sua condição de homem gay — atravessou diferentes tensões e obstáculos vivenciados em seu ambiente de trabalho.

Ao revisitar diferentes momentos de sua carreira, o entrevistado discutiu as condições de exercício da jurisdição em comarcas do interior, os desafios estruturais do sistema de justiça e os mecanismos formais e informais que influenciam a progressão na magistratura. A entrevista também problematizou os efeitos de hierarquias institucionais, redes de influência e marcadores sociais — como a orientação sexual — na trajetória profissional de magistrados, o que permanece invisibilizado e pouco explorado no debate público.

O texto foi editado com o objetivo de reduzir marcas de oralidade e organizar tematicamente a narrativa, preservando o conteúdo e o sentido das respostas.

A iniciativa e a condução da entrevista ocorreram por meio de integrantes do Projeto de Extensão “Tibira – Promoção dos Direitos LGBTQIAPN+ no Estado de Goiás”, da Universidade Federal de Jataí, vinculado ao curso de Direito.

Trajетória pessoal e ingresso na magistratura

Entrevistador: Boa tarde, Mário. Agradecemos sua presença e disponibilidade para esta entrevista. Para iniciar, gostaríamos que você relatasse brevemente sua trajetória pessoal, sua formação e as motivações que o levaram à magistratura.

Mário Soares Caymmi Gomes: Sou um homem cisgênero, gay e atualmente casado. Em minha trajetória pessoal, fui anteriormente casado com uma mulher, que posteriormente faleceu. Sou filho de médicos e cresci em uma família de classe média. Estudei em escolas particulares e, desde cedo, tinha facilidade com escrita e comunicação. Apesar disso, não desejava seguir a profissão de meus pais.

Eu e meu irmão convivíamos pouco com eles em razão dos plantões médicos, além de ambos atuarem como professores da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Embora muitos esperassem que eu seguisse a carreira médica, aos 18 anos ingressei na Faculdade de Direito da mesma universidade.

À época, a estrutura curricular permitia concluir o curso em quatro anos. Finalizei a graduação em quatro anos e meio. Durante a graduação, estagiei por cerca de um ano e meio no Ministério Público da Bahia, período em que pretendia seguir carreira como promotor de justiça.

Colei grau em 1995 e, poucos dias depois, realizei a primeira prova para o concurso da magistratura da Bahia. Eu tinha 23 anos e buscava independência financeira. Até então, minha experiência profissional limitava-se ao estágio e a um breve período como professor de inglês.

Sabia que não desejava advogar, pois não queria depender de clientes nem estruturar teses jurídicas em função de interesses particulares. Buscava uma posição que me permitisse maior autonomia intelectual.

Nesse contexto, prestei concurso tanto para juiz quanto para procurador do Estado da Bahia, sendo aprovado em ambos. O primeiro a convocar foi o da magistratura. Tomei posse em 1996, aos 24 anos.

Experiências nas primeiras comarcas

Mário Soares Caymmi Gomes: Assumir o cargo nessa idade representou um desafio significativo. Eu possuía pouca experiência de vida e vinha de um contexto relativamente protegido, dedicado sobretudo aos estudos. Minha primeira comarca foi em Andaraí, na região da Chapada Diamantina, próxima a Lençóis e Mucugê. Permaneci ali cerca de dois anos e meio e, ao final desse período, acumulava a jurisdição de três cidades.

Posteriormente fui removido para Casa Nova, na fronteira com Pernambuco e Piauí, região conhecida como “polígono da maconha”. Permaneci ali por quatro anos e meio. A cidade havia sido reconstruída após a formação do Lago de Sobradinho, quando a cidade antiga foi submersa e uma nova cidade foi planejada em outro local.

Nesse período passei a realizar rondas noturnas diante do contexto de violência e tráfico na região. **A cadeia local possuía capacidade para doze pessoas, mas frequentemente abrigava mais de quarenta presos.** Tratava-se de uma vara única, responsável por todas as matérias — criminal, fazenda pública e infância e juventude (Destaque dos entrevistadores).

Apesar das dificuldades estruturais, mantinha boa relação com os servidores e havia reconhecimento da comunidade. Parte da população valorizava iniciativas como as rondas noturnas, especialmente no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Dinâmicas institucionais da carreira

Mário Soares Caymmi Gomes: Ao longo da carreira, fui frequentemente um dos últimos da turma a ser promovido. Diferentemente de alguns colegas, nunca frequentei o tribunal para cultivar relações pessoais com desembargadores, prática relativamente comum na carreira.

Posteriormente fui removido para Itaberaba, onde surgiram tensões mais evidentes com o tribunal. Passei a proferir decisões contrárias ao prefeito da época, que possuía forte influência política e vínculos com integrantes da corte.

Determinei buscas e apreensões e, como juiz eleitoral, proferi decisões que incluíam a suspensão de direitos políticos em determinados casos. Muitas dessas decisões acabavam revertidas pelo tribunal. Nesse contexto **começaram a circular comentários de que eu seria um juiz “problemático”**. **Acredito que essa percepção estava associada ao fato de eu não possuir vínculos políticos ou institucionais com integrantes da corte** (destaque dos entrevistadores).

Na magistratura existe uma dinâmica de grupos bastante marcada. Frequentemente se fala na “turma” de determinado desembargador. Nunca integrei nenhum desses grupos, e essa posição tende a ser interpretada institucionalmente como fragilidade.

Promoções, conflitos institucionais e estigmatização

Mário Soares Caymmi Gomes: Nunca fui promovido por merecimento; todas as minhas promoções ocorreram por antiguidade. Houve um episódio marcante quando eu estava em Itaberaba. Concorria a uma vara em Salvador e, naquela ocasião, havia mais vagas do que candidatos dentro do quinto mais antigo da carreira. Estabeleceu-se um acordo informal para que cada edital tivesse apenas um candidato.

Eu concorria sozinho e, ainda assim, não fui escolhido. Costumo dizer que “perdi para o nada”, pois era o único candidato. Alguns desembargadores alegavam que minha vara era desorganizada; outros afirmavam que eu era problemático.

Olhando retrospectivamente, percebo que muitas pessoas já suspeitavam de minha orientação sexual antes mesmo de eu assumi-la publicamente. **Após assumir minha identidade, tornaram-se frequentes comentários como “você é, mas não parece”, discurso que hoje reconheço como forma de violência ou assédio institucional** (destaque dos entrevistadores).

Ainda hoje, quando decisões institucionais me envolvem, surgem referências à minha vida pessoal. Afirma-se que sou desequilibrado, desorganizado ou que não respeito ninguém — estratégias recorrentes de desqualificação.

A criação da comissão LGBTQIA+ no tribunal

Entrevistador: Uma reportagem da CartaCapital mencionou o edital de estágio lançado por sua unidade jurisdicional que previa a reserva de vagas exclusivamente para pessoas LGBTQIA+. A iniciativa gerou forte repercussão pública e foi apontada como o estopim do processo disciplinar que o senhor enfrentou. Gostaríamos que explicasse quais foram os antecedentes desse edital, qual era o objetivo da iniciativa e como avalia as reações institucionais que se seguiram.

Mário Soares Caymmi Gomes: Esse episódio foi provavelmente a experiência mais difícil que enfrentei em minha vida profissional e pessoal.

Apesar das tensões institucionais anteriores, eu ainda acreditava ser possível produzir algum tipo de transformação no interior do Poder Judiciário. Não se tratava de reformar profundamente a instituição, mas de introduzir certos debates e promover mudanças pontuais.

Nesse contexto, apresentei ao tribunal propostas para a criação de uma comissão voltada às questões LGBTQIA+. A iniciativa surgiu após o Conselho Nacional de Justiça estimular a criação de comissões temáticas nos tribunais.

Durante a gestão da Des. Maria do Socorro Santiago submeti ofício pedindo a instalação de uma comissão temática voltadas para questões de gênero, identidade e gênero e orientação sexual. A proposta foi rejeitada sob o argumento de que o tema já estaria contemplado pela comissão de direitos humanos do tribunal.

Posteriormente, já na gestão do desembargador Lourival Almeida Trindade, a proposta foi novamente apresentada e acabou sendo acolhida.

Assim foi criada, em dezembro de 2023, a comissão LGBTQIA+ do Tribunal de Justiça da Bahia, denominada COGEN, da qual fui designado presidente.

Conflitos institucionais e o processo disciplinar

Entrevistador: Em algum momento sua atuação em temas de diversidade começou a gerar reações dentro do tribunal?

Mário Soares Caymmi Gomes: Sim. Em determinado momento isso passou a incomodar bastante. Recordo um evento que organizei sobre crianças trans. Após a atividade, uma colega afirmou, em um grupo de WhatsApp de magistrados, que eu estaria estimulando crianças a fazerem sexo entre si. Trata-se de uma acusação extremamente grave, que na prática implicaria imputação de crime. **Quando questioneei o excesso da afirmação, fui acusado de agressividade e excluído do grupo** (destaques dos entrevistadores).

De certa forma, isso acabou sendo até positivo, porque o ambiente era bastante tóxico. Circulavam frequentemente mensagens misóginas e ofensivas. Sempre que eu pedia que esse tipo de conteúdo não fosse compartilhado, algumas colegas concordavam, mas quase ninguém se posicionava.

Eu entendia que tinha a responsabilidade de questionar, mas a reação foi a minha exclusão. Optei por não judicializar o episódio.

A controvérsia sobre o edital de estágio

Entrevistador: Nesse contexto ocorreu também a controvérsia envolvendo o edital de estágio?

Mário Soares Caymmi Gomes: Sim. Na época eu presidia a comissão LGBT do tribunal e ocupava o cargo de juiz titular da 27ª vara de substituição de Salvador. O sistema de seleção de estagiários era bastante informal: o próprio magistrado indicava quem seria contratado. **Na prática, quem tivesse proximidade com algum juiz — amizade, parentesco ou indicação — conseguia a vaga** (destaque dos entrevistadores).

Passei a ter estagiários apenas quando a juíza da unidade em que atuava foi removida e fiquei sozinho nesta vara. Tive, então, a possibilidade de indicar três estagiários.

Considerando minha atuação institucional como Presidente da comissão de diversidade, entendi que seria coerente priorizar pessoas LGBTI+. Publiquei um edital explicitando esse critério, sem imaginar a dimensão da reação que viria em seguida.

A repercussão foi intensa. Recebi ataques e insultos, inclusive em publicações na internet, e diversos setores passaram a mobilizar críticas à iniciativa.

Políticas afirmativas e desigualdade estrutural

Entrevistador: Como o tribunal reagiu à iniciativa?

Mário Soares Caymmi Gomes: Pouco depois fui informado de que o então corregedor-geral havia suspenso o edital, alegando que as regras seriam “excessivamente rigorosas”. A decisão mobilizava argumentos típicos da retórica meritocrática e da ideia de “preconceito reverso”, chegando a sugerir que talvez não aparecessem candidatos suficientes. Esse tipo de argumento ignora desigualdades estruturais. No caso das pessoas trans, diversos estudos apontam enormes dificuldades de acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, políticas afirmativas tornam-se fundamentais. **Vale lembrar que ações afirmativas no Brasil começaram antes mesmo da existência de legislação específica e foram posteriormente reconhecidas como constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, desde que devidamente fundamentadas** (destaque dos entrevistadores).

Algumas universidades públicas já adotam políticas de cotas para pessoas trans.

O julgamento e o papel contramajoritário do Judiciário

Entrevistador: Como ocorreu o julgamento do processo disciplinar?

Mário Soares Caymmi Gomes: Durante o julgamento ocorreram episódios bastante preocupantes. Uma desembargadora afirmou que eu seria “o mal que o tribunal deixou crescer dentro dele”. Outro declarou que qualquer pessoa que professasse a religião judaico-cristã deveria me condenar.

Houve ainda uma desembargadora que afirmou não ter conseguido acessar os autos, mas que votaria pela condenação com base no que havia ouvido sobre o caso.

Em vez de enfrentar os argumentos da defesa, buscou-se desqualificar minha pessoa, classificando-me como um juiz “desequilibrado”.

Após a primeira sessão de julgamento, recorri ao Conselho Nacional de Justiça pedindo a avocação do caso. O Conselho reconheceu minha insatisfação, mas afirmou que não poderia intervir porque a decisão havia sido tomada pela maioria do tribunal.

Esse argumento é problemático, pois **a própria função do Poder Judiciário é atuar como instância contramajoritária, capaz de revisar decisões majoritárias quando estas violam direitos ou princípios constitucionais** (destaque dos entrevistadores).

Por isso, considero que o problema não se restringe a determinadas pessoas, mas revela uma questão institucional mais ampla.

Considerações finais

A partir de sua experiência, o entrevistado propõe pensar o acesso à justiça em duas dimensões: o acesso de quem procura o sistema e a diversidade entre aqueles que o integram. Segundo ele, o sistema dificilmente conseguirá oferecer atendimento adequado a grupos minoritários se não houver sensibilização institucional sobre suas experiências sociais. Mário Caymmi menciona a atuação da Defensoria Pública da Bahia como exemplo de instituição que, apesar de limitações estruturais, demonstra maior abertura a essas pautas.

Para o jurista, persistem, contudo, barreiras relevantes. Um exemplo envolve a retificação de nome e gênero de pessoas trans. Embora exista possibilidade de procedimento administrativo, muitas pessoas encontram mais facilidade em recorrer ao Judiciário, que pode requisitar gratuitamente documentos necessários.

Por fim, o entrevistado retoma uma formulação presente em suas pesquisas acadêmicas, segundo a qual o Judiciário funcionaria como um “mundo fora do mundo”. Inspirando-se em análises do sociólogo do direito Antoine Garapon, ele observa que fóruns frequentemente apresentam arquitetura monumental e símbolos institucionais que evocam a ideia de passagem para um espaço distinto do cotidiano social.

Esses elementos incluem vestimentas como togas e uma linguagem jurídica altamente técnica. Segundo ele, tais características contribuem para produzir distância entre o sistema de justiça e a população. Para o entrevistado, tornar o Judiciário efetivamente acessível exige enfrentar não apenas barreiras legais, mas também simbólicas e institucionais.

Sobre o entrevistado e os entrevistadores

Mário Soares Caymmi Gomes

Juiz de Direito Aposentado do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). Ex-Presidente da COGEN, Comissão para a promoção de igualdade e Políticas Afirmativas em questões de gênero e Orientação Sexual do TJBA. Mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduando em Ciências Sociais pela UFBA.

Phillipe Cupertino Salloum e Silva

Professor Adjunto de Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil, Coordenador do Curso de Graduação em Direito (2022-2026) e docente permanente do Mestrado em Direito da Universidade Federal de Jataí. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde integra o grupo de pesquisa "Luta por direitos e justiça e práticas estatais: uma perspectiva etnográfica". Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (2015). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2013). Atuação em coordenação e parceria com projetos de assessoria jurídica universitária popular, com foco em povos e comunidades tradicionais. Experiência com pesquisas empíricas com abordagem etnográfica intercalando Antropologia, Direitos Humanos e os estudos sobre as instituições jurídicas e o Estado.

Bhernardo Tayguara Araújo Carmo

Estudante de graduação em Direito no 9º período pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Jataí em Goiás. Foi pesquisador bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com pesquisas desenvolvidas nos ciclos 2023/2024 e 2024/2025, voltadas às interseções entre Direito, desigualdades e garantias sociais. Desde 2023, atua como extensionista no Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular aos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Goiás. Em 2025, passou a integrar o Projeto de Extensão Tibira, desenvolvendo ações de educação jurídica e enfrentamento da violência contra a população LGBTQIA+ no sudoeste goiano. E atua em outros projetos e ações comunitárias voltados à defesa dos direitos humanos.

Marcela Sousa Paniago

Advogada. Professora universitária. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (UnB).

Créditos de autoria da entrevista: o entrevistado e entrevistadores declaram responsabilidade integral pelo conteúdo, redação e revisão da entrevista.

Nota

A entrevista integra as atividades do projeto de extensão “Tibira – Promoção dos Direitos LGBTQIAPN+ no Estado de Goiás”, vinculado ao Núcleo de Assessoria Jurídica Universitário Popular (NAJUP) Josiane Evangelista da Universidade Federal de Jataí, e foi realizada para compor o presente dossiê “Acesso à justiça, lutas por direitos e práticas estatais” da InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais.

Informações sobre financiamento

A entrevista não contou com auxílio ou financiamento externo.

Procedimento de avaliação

Avaliação por decisão editorial (*editorial review*)

Declaração sobre conflito de interesses

Os autores declaram inexistência de conflitos de interesse na realização e publicação desta entrevista.

Declaração sobre o Uso de Inteligência Artificial

Para fins de correção ortográfica e gramatical foi utilizada a ferramenta de IA ChatGPT.

Declaração de disponibilidade de dados

Os dados que sustentam a presente entrevista estão disponíveis no próprio trabalho.

Editores responsáveis pelo fluxo editorial

Géssica Carolina Goulart Pinto e Marlon de Oliveira Xavier.